

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
APRESENTAÇÃO .....	11

## PARTE I PARTE GERAL E ESPECIAL

1. ASPECTOS PENAIS.....	31
Introito.....	31
2. EVOLUÇÃO E ESCOLAS DO DIREITO PENAL.....	35
2.1. Escolas penais.....	40
2.2. Escola clássica penal.....	40
2.3. Escola criminal positiva.....	42
2.4. <i>Terza Escola</i> .....	44
2.5. Escola neoclássica .....	44
2.6. Escola Correcionalista .....	44
2.7. Teoria da defesa social.....	45
2.8. Escola de Frankfurt .....	45
2.9. Direito penal no Brasil .....	46
3. TEORIAS PENAIS SOBRE CONDUTA .....	49
3.1. Introdução.....	49
3.2. Conduta humana.....	50
3.3. Principais teorias do direito penal sobre a conduta .....	51
3.3.1. Teoria natural ou causal da ação .....	51
3.3.2. Teoria neoclássica de conduta ou causal-neokantiano.....	53
3.3.3. Teoria finalista da ação .....	54
3.3.4. Teoria constitucionalista .....	56

4. HOMICÍDIO DOLOSO .....	61
4.1. Origem .....	61
4.2. Direito penal na história brasileira .....	62
4.3. Atualidade .....	64
4.4. Natureza jurídica do crime de homicídio doloso (Crime comum, simples, instantâneo, material, de dano e de forma livre) .....	66
4.5. Sanção penal.....	67
4.6. Homicídio simples.....	69
4.6.1. Introdução à estrutura do crime .....	69
4.6.1.1. Conceito formal de crime .....	69
4.6.1.2. Conceito material de crime.....	70
4.6.1.3. Fato típico .....	70
4.6.1.4. Antijuridicidade .....	71
4.6.1.4.1. Estado de necessidade.....	72
4.6.1.4.2. Legitima defesa .....	73
4.6.1.4.3. Estrito cumprimento de dever legal ....	73
4.6.1.4.4. Exercício regular de direito .....	74
4.6.1.5. Culpabilidade.....	75
4.6.2. Classificação da ação penal no delito de homicídio doloso.....	77
4.6.2.1. Título do crime .....	77
4.6.2.2. Objeto jurídico .....	80
4.6.2.3. Estrutura do tipo penal.....	80
4.6.2.4. Sujeitos do delito, concurso de agentes (autoria e participação) e comunicação de causas de diminuição especial e qualificadoras .....	82
4.6.2.5. Formas de execução do dolo (consumação, tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz).....	85
4.6.2.6. Elemento subjetivo do tipo.....	86
4.6.2.6.1. Dolo direto (primeiro e segundo graus, consumado e tentado) .....	87
4.7. Legítima defesa .....	101
4.7.1. Legítima defesa em homicídio doloso .....	102
4.7.2. Elementos da legítima defesa.....	104
4.7.3. Agressão factível.....	104
4.7.4. Agressão atual ou iminente .....	105
4.7.5. Agressão injusta .....	106
4.7.6. Violação de direito seu ou de outrem .....	106
4.7.7. Utilização de meios necessários.....	106

4.7.8.	Moderação e o excesso na legítima defesa .....	107
4.7.9.	Ânimo de defesa .....	110
4.7.10.	Legítima defesa especial do agente de segurança pública.....	111
4.7.11.	Negociação policial e gerenciamento de crises .....	112
4.7.12.	Legítima defesa putativa.....	114
4.8.	O erro no homicídio doloso .....	115
4.8.1.	Introdução .....	115
4.8.2.	Erro de tipo .....	117
4.8.3.	Descriominantes putativas .....	119
4.8.4.	Erro de proibição.....	121
4.8.5.	Legítima defesa putativa no tribunal do júri .....	123
5.	<b>HOMICÍDIO COM CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA.....</b>	125
5.1.	Classificação jurídica. Existe homicídio privilegiado? .....	125
5.2.	Relevante valor social ou moral .....	127
5.2.1.	Características e compatibilidade com qualificadoras .....	127
5.2.2.	Relevante valor social (motivação refletida) .....	127
5.2.3.	Relevante valor moral (motivação refletida).....	127
5.3.	Domínio de violenta emoção (homicídio emocional ou de ímpeto) .....	128
5.4.	Formas de motivação nos casos de homicídio com diminuição de pena.....	133
6.	<b>HOMICÍDIO QUALIFICADO .....</b>	135
6.1.	Introito .....	135
6.2.	Qualificadoras (Código Penal, artigo 121, § 2º).....	140
6.2.1.	Qualificadoras subjetivas de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil) .....	140
6.2.1.1.	Mediante paga .....	140
6.2.1.2.	Mediante promessa de recompensa .....	142
6.2.1.3.	Motivo torpe.....	142
6.2.1.4.	Motivo fútil .....	144
6.2.2.	Qualificadoras objetivas de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel e arma de fogo de uso restrito ou proibido).....	148
6.2.2.1.	Veneno .....	149
6.2.2.2.	Fogo .....	150
6.2.2.3.	Explosivo .....	150
6.2.2.4.	Asfixia .....	151
6.2.2.5.	Tortura.....	152

6.2.2.6.	Crueldade .....	154
6.2.2.7.	Perigo comum .....	155
6.2.3.	Qualificadoras objetivas de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima) .....	156
6.2.3.1.	Traição .....	156
6.2.3.2.	Emboscada .....	156
6.2.3.3.	Dissimulação .....	157
6.2.3.4.	Recurso que impossibilita ou dificulta a defesa da vítima .....	157
6.2.3.4.1.	Atingir a vítima nas costas e pelas costas .....	158
6.2.4.	Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime) .....	160
6.2.4.1.	Assegurar execução de outro crime (conexão por teleologia) .....	161
6.2.4.2.	Assegurar ocultação de outro crime (conexão consequencial) .....	161
6.2.4.3.	Assegurar a impunidade de outro crime (conexão consequencial) .....	161
6.2.4.4.	Assegurar a vantagem de outro crime (conexão consequencial) .....	162
6.2.5.	Qualificadoras funcionais (agentes de forças públicas) .....	162
6.2.6.	Causa de aumento etária (Código Penal, artigo 121, § 4º, parte final) .....	163
6.2.7.	Qualificadoras do emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido .....	163
6.2.8.	Qualificadoras contra menor de 14 anos de idade .....	166
6.2.9.	Causa de aumento quando praticada contra vítima menor de 14 anos com deficiência ou doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade .....	167
6.2.10.	Causa de aumento contra menor de 14 anos quando o autor é seu responsável .....	168
6.2.11.	Causa de aumento quando praticada contra menor de 14 anos em instituição básica pública ou privada .....	168
6.2.12.	Revogação tácita da supracitada causa de aumento do § 4º (in fine) do art. 121 do CP .....	169
7.	FEMINICÍDIO .....	171
7.1.	Violência contra a mulher: uma quebra de paradigma e evolução legislativa .....	171

7.2.	Violência institucional contra a mulher .....	176
7.3.	Evolução do feminicídio no direito brasileiro .....	177
7.4.	Espécies de feminicídio (sexo ou gênero feminino?) .....	183
7.5.	Feminicídio doméstico ou familiar (uxoricídio) .....	183
7.6.	Feminicídio misógino (não íntimo) .....	187
7.7.	Indenização da vítima de violência doméstica .....	188
7.8.	Crime de feminicídio no direito brasileiro .....	192
7.8.1.	Título do crime ( <i>nomen iuris</i> ) .....	192
7.8.2.	Objetividade jurídica da norma penal .....	192
7.8.3.	Natureza jurídica do crime de feminicídio (crime próprio, simples, instantâneo, material, de dano e de forma livre) .....	193
7.8.4.	Elemento subjetivo do tipo .....	194
7.8.5.	Concurso de agentes .....	194
7.8.6.	Sanção Penal .....	195
7.8.7.	Causas de aumento de pena .....	195
7.8.7.1.	Vítima gestante ou em pós-parto (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, I) .....	196
7.8.7.2.	Vítima menor de 14 anos de idade, idosa ou com deficiência (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, II) .....	196
7.8.7.3.	Na presença de descendente ou de ascendente da vítima (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, III) .....	196
7.8.7.4.	Descumprimento de medidas protetivas de urgência (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, IV) .....	197
7.8.7.5.	Nas circunstâncias previstas nos incisos III, IV e VIII do § 2º do art. 121 (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, V) .....	198
7.8.7.6.	Inaplicabilidade de demais qualificadoras do homicídio doloso .....	198
7.8.7.7.	Inaplicabilidade das causas especiais de diminuição de pena previstas no art. 121, § 1º, do Código Penal (relevante valor social, moral e domínio de violenta emoção) .....	199
7.8.7.8.	Efeitos secundários .....	199
7.8.7.8.1.	Perda ou vedação de exercício de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	199
7.8.7.8.2.	Incapacidade para o poder familiar, tutela e curatela .....	200
7.8.7.8.3.	Efeito automático da condenação ....	201
7.8.7.9.	Execução penal .....	201

7.8.7.10.	Tramitação processual e custas .....	202
7.8.7.11.	<i>Vacatio legis</i> .....	202
7.8.7.12.	Sanção no direito comparado .....	202
7.8.7.13.	Legítima defesa da honra em feminicídio .....	203
7.8.7.13.1.	Introdução .....	203
7.8.7.13.2.	Caso Doca Street/Ângela Diniz (1979) .....	204
7.8.7.13.3.	Contexto atual de legítima defesa da honra em feminicídio .....	206
7.8.7.13.4.	Caso Nova Era (2017) .....	207
7.8.7.13.5.	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779/DF .....	207
7.9.	Crime de perseguição ( <i>stalking/criminal harassment/Atti persecutori</i> ) ...	211
7.9.1.	Criminalização global .....	211
7.9.2.	Tutela jurídica .....	219
7.9.3.	Sujeitos do delito .....	219
7.9.4.	Elementos do tipo penal .....	220
7.9.4.1.	Elemento objetivo .....	220
7.9.4.2.	Elemento normativo .....	220
7.9.4.3.	Elemento subjetivo .....	220
7.9.5.	Consumação .....	221
7.9.6.	Ação penal e pena .....	222
7.10.	Crime de violência psicológica contra a mulher .....	223
7.10.1.	Introdução .....	223
7.10.2.	Título do crime .....	225
7.10.3.	Tutela jurídica e qualificação doutrinária .....	225
7.10.4.	Sujeitos do delito .....	225
7.10.5.	Elementos do tipo penal .....	226
7.10.5.1.	Elemento objetivo .....	226
7.10.5.2.	Elemento subjetivo .....	226
7.10.6.	Consumação .....	226
7.10.7.	Ação penal e pena .....	226
8.	MILÍCIA PRIVADA (CÓDIGO PENAL, ARTIGO 121, § 6º) .....	229
9.	ASPECTOS PROCESSUAIS REFERENTES ÀS QUALIFICADORAS DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO .....	233
10.	HOMICÍDIO MINORADO/QUALIFICADO .....	237

11. CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO .....	239
11.1. Delito de racha qualificado. Artigo 308, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro. Antinomia (aparente) .....	243
11.2. Reforma legislativa incluída pela Lei Federal n. 13.546/2017 .....	247
12. CRIME DE HOMICÍDIO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	249
12.1. Associação criminosa .....	249
12.2. Surgimento das organizações criminosas.....	250
12.2.1. Organizações criminosas na Itália .....	250
12.2.2. Organizações criminosas no Brasil .....	252
12.3. Legislação brasileira sobre organizações criminosas.....	253
12.4. Facções criminosas no Brasil .....	255
12.5. Facções criminosas são associações ou organizações criminosas? .....	256
12.6. Homicídio doloso e crime conexo de organização criminosa.....	257
12.7. Duplicidade de condenações de membros de facções criminosas .....	259
12.8. Colaboração premiada no tribunal do Júri.....	260

**PARTE II**  
**ASPECTOS PROCESSUAIS**  
**PENAIS DO TRIBUNAL DO JÚRI**

13. BREVE HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI .....	265
14. A INFLUÊNCIA DA LÓGICA (JURÍDICA) NO TRIBUNAL DO JÚRI .....	279
14.1. O exercício de convencimento aos jurados .....	279
14.2. Argumentação <i>ad humanitatem, ad hominem</i> e <i>ad personam</i> .....	282
14.3. Argumento de autoridade .....	283
14.4. Existe lógica jurídica? .....	284
14.5. Dialética e retórica .....	287
14.6. Lógica no tribunal do júri .....	288
15. PROCEDIMENTO ATUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI .....	291
15.1. Fase de investigação preliminar. Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime) .....	291
15.1.1. Adaptação cultural ao modelo acusatório: agentes públicos não podem acumular atividades estatais na persecução criminal...	291
15.1.2. Investigação defensiva restritiva no direito brasileiro .....	293
15.1.3. Cadeia de custódia .....	294

15.1.4. Prazo de conclusão do inquérito policial e arquivamento.....	295
15.1.5. Juiz de garantias .....	298
15.1.5.1. Origem do juiz de garantias no sistema brasileiro....	298
15.1.5.2. Natureza jurídica do juiz de garantias.....	301
15.1.5.3. Competência .....	302
15.1.6. Imprestabilidade dos elementos de investigação para a futura ação penal .....	305
15.1.7. Impedimento do juiz de garantias para funcionar no processo penal .....	309
15.1.8. É da melhor técnica processual o juiz de garantias ter competência para receber denúncia? .....	309
15.1.9. Os estudos de Bernd Shünemann e o efeito perseverança.....	310
15.1.10. O juiz que oficia em fase de investigação criminal pode ser o mesmo da fase da instrução e julgamento? A estética da imparcialidade.....	312
15.1.11. Modelos de atuação judiciária no direito comparado .....	313
15.1.12. Varas colegiadas .....	317
15.2. Natureza jurídica do processo penal .....	317
15.3. Rito especial do tribunal de júri .....	321
15.4. Fase de recebimento da denúncia .....	324
15.5. Fase de citação .....	325
15.5.1. Citação pessoal.....	325
15.5.2. Citação por edital .....	326
15.5.3. Termo inicial da suspensão de prazo prescricional na citação por edital .....	326
15.5.4. Recontagem da suspensão de prazo prescricional do art. 366 do CPP com o advento de sentença condenatória.....	327
15.5.5. Produção antecipada de provas .....	327
15.5.6. Citação por hora certa .....	329
15.6. Fase de resposta escrita.....	330
15.6.1. Pode haver absolvição sumária? .....	331
15.7. Fase de instrução preliminar do tribunal de júri .....	332
15.7.1. Adaptação da instrução ao modelo acusatório.....	332
15.7.2. Ofendido e testemunhas.....	333
15.7.3. Interrogatório.....	335
15.7.4. Alegações finais ( <i>mutatio libelli</i> ) .....	345
15.7.5. Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.....	347
15.7.5.1. Pronúncia.....	347

15.7.5.1.1.	<i>Standard</i> probatório da pronúncia....	348
15.7.5.1.2.	A pronúncia pode conter fundamentação baseada exclusivamente no que se produz em investigação preliminar? .....	352
15.7.5.1.3.	Exigência de provas das qualificadoras.....	352
15.7.5.1.4.	Valoração de <i>animus necandi</i> na pronúncia .....	353
15.7.5.1.5.	Imprestabilidade de <i>standard</i> probatório americano ao modelo brasileiro de júri.....	355
15.7.5.1.6.	Limites de fundamentação da decisão de pronúncia: equilíbrio entre a suficiência de motivação e a eloquência acusatória .....	357
15.7.5.1.7.	Pronúncia e crimes conexos.....	358
15.7.5.1.8.	Pronúncia: qualificadoras e causas de aumento .....	359
15.7.5.1.9.	Pronúncia e reclassificação .....	360
15.7.5.1.10.	Pronúncia e prisão preventiva .....	361
15.7.5.1.11.	Pronúncia e falácia do <i>in dubio pro societate</i> .....	362
15.7.5.1.12.	Homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Consunção? .....	370
15.7.5.2.	Impronúncia.....	372
15.7.5.3.	Absolvição sumária .....	376
15.7.5.4.	Ampliação subjetiva de relação jurídico-procesual.....	382
15.7.5.5.	<i>Emendatio libelli</i> .....	382
15.7.6.	Desclassificação.....	384
15.8.	Fase do <i>iudicium causae</i> .....	388
15.8.1.	Subfase de requerimento de provas para plenário.....	388
15.8.2.	Subfase de saneamento do processo .....	391
15.8.3.	Subfase de preparação do julgamento pelo juiz presidente do tribunal do júri .....	393
15.8.4.	Desaforamento .....	393
15.8.5.	Jurados – organização da pauta – início da sessão.....	396
15.8.5.1.	Ordem de julgamentos .....	409
15.8.5.2.	Gravação da sessão pelas partes .....	412
15.8.5.3.	Da reunião e das sessões do tribunal do júri.....	413

15.8.5.4. Ausência de membro do Ministério Público .....	417
15.8.5.5. Ausência de defensor do acusado .....	417
15.8.5.6. Ausência do acusado .....	418
15.8.5.7. Ausência de testemunhas ou vítima arroladas .....	418
15.9. Fase de instrução plenária .....	425
15.9.1. Fase inicial da instrução plenária: leitura de peças .....	426
15.9.2. Oitiva de pessoas no júri e sistema de perguntas diretas ( <i>direct examination</i> ) .....	428
15.9.3. Respeito à dignidade de testemunhas e vítima durante a instrução (Lei n. 14.245/2021) .....	431
15.9.4. Falso testemunho em sessão de júri.....	436
15.9.5. Pode a testemunha permanecer em silêncio? .....	438
15.9.6. Existe perjúrio no Brasil? .....	438
15.9.7. Interrogatório em plenário do júri.....	439
15.10. Fase de debates (tese defensiva de clemência e o Tema 1087/STF) .....	440
15.11. Fase de julgamento .....	454
15.11.1. Providências iniciais.....	454
15.11.2. A quesitação no tribunal do júri .....	455
15.11.2.1. Explicações sobre a quesitação e o momento de impugnar.....	462
15.11.2.2. Votação do questionário .....	463
15.11.2.3. Repetição da votação de quesitos.....	467
15.11.2.4. Votação e crimes conexos .....	468
15.11.2.5. Votação e excesso culposo em legítima defesa .....	469
15.11.2.6. Postura do juiz presidente durante a votação.....	469
15.11.3. Da sentença .....	471
15.11.3.1. Estrutura da sentença .....	473
15.11.3.2. Decisão desclassificatória .....	474
15.11.3.3. Vedação de jurados decidirem sobre crime desclassificado.....	475
15.11.3.4. Sentença condenatória (acordo de não persecução penal e progressão de regime).....	476
15.11.3.5. Reconhecimento de agravantes e atenuantes.....	480
15.11.3.6. Reparação de danos .....	481
15.11.3.7. Dosimetria da pena e concurso de crimes .....	481
15.11.3.8. Sentença, execução provisória, prisão imediata e o julgamento do Tema 1068 pelo Supremo Tribunal Federal .....	483

15.12. Atribuições do presidente do tribunal do júri .....	487
15.12.1. Postura segura na condução dos trabalhos .....	488
15.12.2. Aparte consentido e regulamentado .....	490
15.12.3. Demais atribuições e competências do juiz presidente .....	491
15.12.4. Abandono de plenário .....	492
<b>16. COLABORAÇÃO PREMIADA NO TRIBUNAL DO JÚRI.....</b>	<b>497</b>
16.1. Acordo de colaboração premiada após a denúncia (fase judicial ou intercorrente) .....	498
16.2. Acordo de colaboração em fase anterior à denúncia (fase investigativa)...	498
16.3. Acordo de colaboração após a sentença (colaboração tardia).....	499
<b>17. ECURSOS NO TRIBUNAL DO JÚRI .....</b>	<b>501</b>
17.1. Recurso na perspectiva de processo penal convencional e constitucional.....	501
17.2. Natureza jurídica dos recursos .....	503
17.3. Princípios aplicáveis aos recursos.....	504
17.4. Admissibilidade dos recursos .....	506
17.4.1. Pressupostos extrínsecos.....	506
17.4.2. Pressupostos intrínsecos .....	506
17.5. Efeitos dos recursos .....	507
17.5.1. Devolutivo .....	507
17.5.2. Translativo .....	508
17.5.3. Expansivo .....	508
17.5.4. Regressivo .....	508
17.5.5. Diferido .....	509
17.5.6. Suspensivo .....	509
17.5.7. Obstativo.....	510
17.5.8. Substitutivo.....	510
17.6. Introdução do <i>distinguishing</i> no sistema brasileiro.....	510
17.7. <i>Distinguishing</i> e <i>overruling</i> em prisões preventivas.....	513
17.8. Recursos no tribunal do júri .....	514
17.8.1. Recursos em espécie no rito especial do tribunal do júri .....	516
17.8.1.1. Denúncia .....	516
17.8.1.2. Pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação .....	516
17.8.2. Decisões no plenário do tribunal do júri.....	518
17.8.2.1. Apelação.....	518

17.8.2.2. Caso em que o tribunal deve anular a decisão do tribunal do júri .....	518
17.8.2.3. Julgamento manifestamente contrário à prova dos autos (tese defensiva de clemência o Tema 1087/STF) .....	520
17.8.2.4. Embargos de declaração .....	525
17.8.2.5. Carta testemunhal .....	525
17.8.2.6. Embargos infringentes e de nulidade .....	526
17.8.2.7. Recursos excepcionais .....	526

### PARTE III GENOCÍDIO – CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

18. GENOCÍDIO .....	531
18.1. Bem jurídico protegido .....	531
18.2. Origem .....	531
18.3. Crime de genocídio .....	532
18.3.1. Sujeito ativo .....	534
18.3.2. Sujeito passivo .....	534
18.3.3. Elemento subjetivo do tipo .....	534
18.3.3.1. Sanção Penal .....	535
18.3.3.2. Precedente do Supremo Tribunal Federal .....	535
19. CRIMES CONTRA A HUMANIDADE .....	537
19.1. História do Estatuto de Roma .....	537
19.2. Os crimes contra a humanidade .....	539
19.3. Competência .....	541
19.4. Sujeitos do crime .....	541
19.5. Elemento subjetivo do tipo .....	541
19.6. Sanção penal .....	543

### PARTE IV QUESTIONÁRIOS SOBRE HOMICÍDIO, FEMINICÍDIO E CRIMES CONEXOS

QUESITOS DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL .....	547
Erro sobre a pessoa – <i>error in persona</i> (CP, art. 20, § 3º) .....	547
Inimputabilidade (CP, art. 26) .....	548

Semi-imputabilidade (CP, art. 26, parágrafo único) .....	549
Concurso de pessoas (cp, art. 29) – Mandante .....	550
Concurso de pessoas (CP, art. 29) – Partícipe .....	551
Concurso de pessoas – partícipe – participação de menor importância (CP, art. 29, § 1º) .....	551
Partícipe – cooperação dolosamente distinta (CP, art. 29, § 2º) .....	552
Erro de execução – <i>aberratio ictus</i> (CP, art. 73) .....	553
Com resultado duplo (CP, art. 73, <i>In fine</i> ) .....	554
<b>PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL</b>	
Homicídio Tentado .....	555
TENTATIVA DE HOMICÍDIO COM TESE DE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (CP, art. 15) .....	558
HOMICÍDIO CONSUMADO .....	560
Homicídio doloso com tese de legítima defesa reconhecida e sustentação de excesso culposo .....	563
CAUSAS ESPECIAIS DE DIMINUIÇÃO DE PENA (cp, art. 121, § 1º) .....	565
QUALIFICADORAS (CP, art. 121, § 2º) .....	566
Qualificadoras de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil) .....	566
Qualificadoras de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel) .....	569
Qualificadoras de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima) .....	574
Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime) .....	576
CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO NO HOMICÍDIO DOLOSO .....	580
FEMINICÍDIO CONSUMADO (CP, art. 121-A) .....	583
FEMINICÍDIO CONSUMADO com tese desclassificatória para homicídio doloso (CP, art. 121-A) .....	584
CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA EM FEMINICÍDIO (CP, art. 121-A, § 2º) .....	586
ABORTO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO (CP, art. 124) .....	589
ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO (CP, arts. 125 e 126) .....	590
ABORTO QUALIFICADO (CP, art. 127) .....	590
CRIMES CONEXOS .....	591
LEIS ESPECIAIS .....	601
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	609